



ANO 24 Nº 07  
Julho de 2015

## Os principais crimes violentos no RS (2002-14)

Consolidada como um direito fundamental, a segurança encontra-se em um processo de permanente discussão, sendo atualmente pensada para além do aparato policial e da contenção social, tendo o cidadão como o centro de sua atenção. Em um contexto afetado pela insegurança, aumentou a demanda pelo enfrentamento da criminalidade e da violência, amplificando a necessidade de diagnósticos e análises sobre o tema. Considerando que os crimes violentos são os que geram maior repercussão e comoção social, em virtude de sua gravidade, e por estarem sujeitos às penas mais elevadas do Código Penal brasileiro, são eles o objeto desta análise. Nas últimas décadas, dentre os crimes violentos no Brasil, o homicídio apresentou taxas de 11,7 (por 100.000 habitantes) na de 80 e de 22,2 na de 90; em 2003, 28,9 (a maior na primeira década do século XXI); e, em 2012, 29, a mais elevada dos últimos anos (**Mapa da Violência 2014**).

Os crimes violentos são caracterizados pelo uso da força, por ameaçar a vida e a integridade física da vítima, e pelo emprego de meios destinados à coação psicológica, como a utilização de armas de fogo. As variáveis de crimes violentos analisadas neste estudo compreendem roubo, roubo de veículo, tráfico de entorpecentes, homicídio doloso, latrocínio (roubo seguido de morte) e extorsão mediante sequestro, abrangendo o Estado do Rio Grande do Sul, através de estatísticas de ocorrências criminais publicadas pela Secretaria de Segurança Pública, no período de 2002 a 2014.

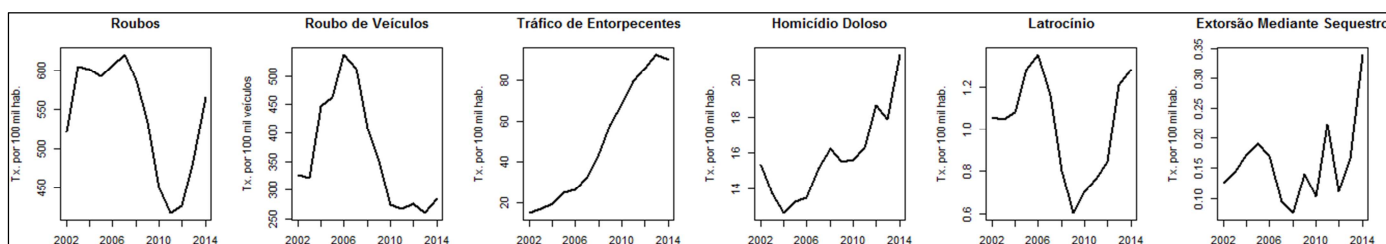
Conforme os dados (analisados por 100.000 habitantes, excetuando-se o roubo de veículos, dividido pela frota de veículos de passageiros), os roubos são os crimes mais registrados no Estado, apresentando uma média de 539,3 nesses 12 anos, com maior taxa em 2007 (619,8) e menor em 2011 (418,4). Dados do relatório do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a violência, de 2011, indicam que a taxa de roubos no Brasil é de 572,7. Os roubos

de veículos apresentam uma taxa média de registros de 364, com evidente queda entre 2008 e 2010, de 33,0%. Cabe ressaltar a redução das alíquotas do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis, iniciada em dezembro de 2008, ocasionando uma elevação da frota em 13,4%, nesse triênio. No mesmo período, houve uma redução no registro bruto de ocorrências em 24,0%.

As figuras apresentam também a dinâmica temporal de outros quatro crimes. As taxas de tráfico de entorpecentes e homicídio doloso apresentam aumento acentuado no tempo, partindo de 15,0 e 15,3 em 2002 e chegando a valores de 90,7 e 21,5 em 2014 respectivamente. A correlação entre tráfico de entorpecentes e homicídio doloso é elevada, apresentando um valor de 0,836. Existem indícios de que essas duas categorias de crimes se relacionam, devido a disputas por pontos de tráfico, acertos de contas entre traficantes e usuários, rixas ou desavenças por causa de drogas. Muitas vezes, as vítimas não possuem envolvimento direto com o tráfico, mas estão na linha de tiro, em função do local em que residem. Os crimes de latrocínio e extorsão mediante sequestro possuem taxas menos expressivas, porém necessitam de constante monitoramento, devido à sua extrema relevância.

Observa-se que, no total de registros de crimes violentos no Estado, houve uma elevação de 27,03% nas taxas de ocorrências nos últimos 12 anos, passando de 634,09 em 2002 para 805,46 em 2014, com especial destaque ao tráfico de entorpecentes (de 15 em 2002 para 90,71 em 2014). Dada a complexidade do tema, são necessários estudos sistemáticos que privilegiem a realização de diagnósticos locais, evidenciando as características de cada região na formulação, na execução e no monitoramento de ações orientadas à segurança pública.

Taxas de ocorrências dos principais crimes violentos no Estado do Rio Grande do Sul — 2002-14



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS).

Carina Ribas Furstenau e Renan Xavier Cortes  
Socióloga e Estatístico, Pesquisadores da FEE

## Bem-estar urbano na Região Metropolitana de Porto Alegre

A demanda por um bem-estar que contemple questões que vão além de uma maior qualidade da educação e da saúde se apresentou já nas manifestações de junho de 2013, com as reivindicações relativas à mobilidade urbana, e segue sendo tema de importantes discussões. Para que o Governo e a sociedade possam enfrentar os problemas urbanos, são essenciais diagnósticos mais precisos sobre a situação dos municípios.

Nesse contexto, o Observatório das Metrópoles lançou o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) em 2013, o qual busca auxiliar nessa temática. Seus dados provêm do Censo Demográfico, realizado, pela última vez, em 2010. Sua concepção engloba as condições materiais, providas e utilizadas, de forma coletiva, na cidade, pois, mesmo no caso de experiências individuais, as condições de reprodução social são realizadas coletivamente. O deslocamento é um exemplo: ainda que feito em veículo próprio, a condição de mobilidade depende da infraestrutura do município.

O IBEU dimensiona a qualidade de vida urbana em 15 regiões metropolitanas (RMs) brasileiras, através de cinco dimensões: mobilidade (D1), condições ambientais e habitacionais (D2 e D3), infraestrutura (D4) e atendimento de serviços coletivos (D5).

No índice geral, a RM de Porto Alegre (RMPA) encontra-se em quinto lugar, nacionalmente. As metrópoles que estão acima da média localizam-se nas Regiões Sul, Sudeste (a exceção de Rio de Janeiro) e Centro-Oeste.

No que diz respeito à análise por municípios, nenhum membro da RMPA fica entre os últimos 40 do *ranking*. Além

disso, a RMPA é a segunda com maior número municípios (11) entre os 40 primeiros. A Cidade de Porto Alegre ocupa a 33ª posição e, se considerados somente os núcleos das RMs, fica em sexta colocação.

Desagregando o índice por suas dimensões, a média das 15 RMs aponta pior desempenho na mobilidade urbana (0,383) e melhor *performance* nos serviços coletivos, compostos pelos atendimentos de água, esgoto e energia, além da coleta de lixo (0,739). A RMPA, por outro lado, não segue esse padrão: fica mais bem colocada em relação à mobilidade e às condições habitacionais (quarto lugar) do que sua classificação geral. Quanto ao atendimento dos serviços coletivos, cai para sexta posição, ficando abaixo da média das RMs. Entretanto seu pior desempenho está na infraestrutura, na qual ocupa a décima colocação.

A infraestrutura é composta por sete variáveis. Em relação às outras RMs, a RMPA possui baixos percentuais de pavimentação, iluminação, logradouros identificados e calçadas. Porém, é a que possui mais bueiros próximos aos domicílios, e a terceira colocada em rampas de acesso.

Esse índice pode auxiliar na tomada de decisões para as políticas urbanas, seja pelas prefeituras, seja pelo Governo do Estado. De acordo com o IBEU, a RMPA deveria priorizar o atendimento a serviços coletivos e infraestrutura, para atingir um patamar melhor de bem-estar urbano. Além de informações por municípios, para facilitar ainda mais o diagnóstico de cada localidade, o IBEU fornece dados intramunicipais, que podem ser explorados pelos gestores locais e setoriais.

Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) e suas dimensões nas Regiões Metropolitanas do Brasil — 2010

REGIÕES METROPOLITANAS	TOTAL		DIMENSÕES									
	Índice	Ranking	Mobilidade		Condições Ambientais		Condições Habitacionais		Serviços Públicos		Infraestrutura	
			Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Campinas .....	0,873	1	0,932	2	0,906	1	0,791	3	0,959	1	0,775	2
Florianópolis ...	0,754	2	0,962	1	0,663	7	0,906	1	0,625	10	0,615	6
Curitiba .....	0,721	3	0,634	7	0,649	8	0,860	2	0,865	4	0,599	7
Goiânia .....	0,720	4	0,696	6	0,900	2	0,705	6	0,602	11	0,697	4
Porto Alegre ...	0,719	5	0,789	4	0,734	5	0,779	4	0,734	6	0,559	10
Grande Vitória	0,699	6	0,633	8	0,710	6	0,724	5	0,832	5	0,596	8
Belo Horizonte	0,658	7	0,365	13	0,737	4	0,648	8	0,869	3	0,673	5
São Paulo .....	0,615	8	0,032	14	0,743	3	0,599	12	0,921	2	0,782	1
RIDE-DF .....	0,610	9	0,374	12	0,617	9	0,698	7	0,640	9	0,721	3
Salvador .....	0,573	10	0,503	11	0,564	11	0,590	13	0,729	7	0,478	11
Fortaleza .....	0,564	11	0,790	3	0,498	12	0,613	11	0,479	12	0,438	12
Rio de Janeiro	0,507	12	0,015	15	0,585	10	0,629	10	0,710	8	0,595	9
Recife .....	0,443	13	0,511	10	0,432	13	0,636	9	0,363	13	0,274	14
Manaus .....	0,395	14	0,613	9	0,366	14	0,322	14	0,279	14	0,394	13
Belém .....	0,251	15	0,718	5	0,034	15	0,256	15	0,152	15	0,094	15
Média geral ....	0,605	-	0,383	-	0,641	-	0,646	-	0,739	-	0,618	-

FONTE: Observatório das Metrópoles.

**Daiane Menezes**  
Cientista Social, Pesquisadora da FEE

## Evolução da produção da uva e do vinho no RS

O vinho, que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi o responsável pelo crescimento em volume do setor de bebidas no primeiro trimestre, no Rio Grande do Sul, não conseguiu manter o bom desempenho no mês de abril. A bebida impulsionou a queda de 12,0% no setor, em comparação com abril do ano passado. No acumulado de janeiro a abril, entretanto, a fabricação de bebidas segue sendo um dos poucos setores da indústria de transformação que apresenta crescimento, de 5,7%, juntamente com outros produtos químicos (11,8%).

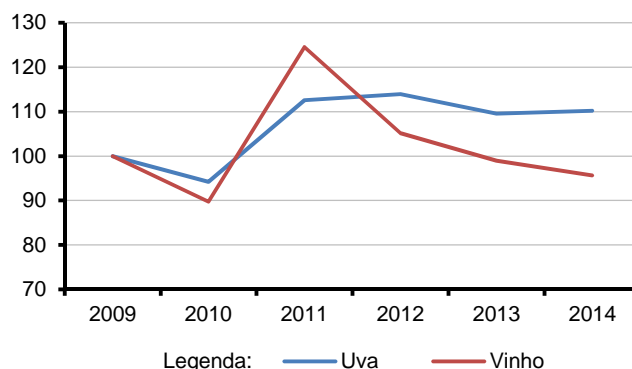
A produção de vinho no RS tem caído anualmente, desde 2009, com exceção do ano de 2011, no qual cresceu 38,8%. Esse incremento coincidiu com o aumento de 19,5% na produção de uva, da qual é bastante dependente, principalmente no tocante à qualidade.

O Estado produziu 234.637.000 litros de vinho em 2014. Desses, 83,6% eram de vinhos comuns, e apenas 16,4% eram de vinhos finos. O vinho proveniente de uvas viníferas — o fino — possui mais qualidade e maior valor agregado. Na comparação de 2014 com 2009, a produção desse tipo de vinho caiu 3,6%, enquanto os comuns apresentaram decréscimo de 4,5%. Juntos, eles caíram 4,4% nesse período.

Embora essa produção no Estado tenha apresentado queda em abril, o IBGE, através do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do mês de maio, prevê um crescimento de 7,8% na quantidade produzida de uva, em 2015, totalizando 876.286 toneladas. O RS foi responsável por 56,5% da produção de uva no Brasil em 2014, o equivalente a 812.537 toneladas. Essa produção, por sua vez, é muito

concentrada na microrregião de Caxias do Sul, que responde por quase 80% da uva gaúcha. De acordo com o **Censo Agropecuário 2006**, 97,4% da safra da uva é colhida no primeiro trimestre, podendo haver variações devido às condições climáticas.

Índice de base fixa da quantidade produzida de vinho e de uva no RS — 2009-14



FONTES: PAM-IBGE.  
LSPA-IBGE.  
SEAPA-RS.

NOTA: Os dados têm como referência o ano de 2009 = 100.

**Carolina Agranonik**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Riquezas minerais e suas controvérsias

A indústria extrativa mineral vem apresentando um desempenho superior ao da indústria de transformação no Brasil. Tomando-se as taxas de crescimento entre os anos 2003 e 2013, com base fixa em 2002, constata-se que ambas apresentam movimento semelhante, com nítida vantagem para a mineração. A partir de 2013, porém, essa tendência sofre uma brusca mudança, observando-se um franco descolamento entre as curvas. Entre abril de 2013 e abril de 2015, a atividade extrativa cresceu 16,2%, e a indústria de transformação caiu 12,4%.

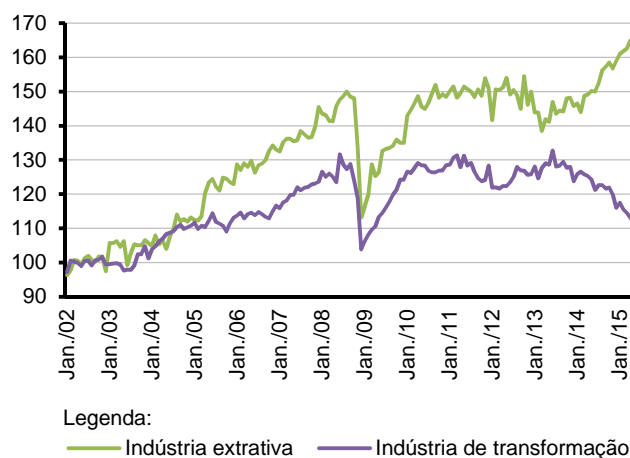
Em que pese à pequena participação da atividade extrativa mineral na produção industrial total (17% em 2014), seu crescimento, por um lado, tem favorecido o equilíbrio da balança comercial brasileira, ao proporcionar a entrada de divisas oriundas das vendas externas.

Por outro lado, cabe refletir sobre o significado desse crescimento, que está a indicar uma mudança na matriz produtiva. Esses resultados refletem uma política de incentivos aos investimentos em *commodities* agroindustriais e minerais, coincidindo com a tendência mundial no sentido de definir uma nova divisão internacional da produção. Nessa nova ordem, os países ricos em minerais e com grandes espaços territoriais revelam-se extremamente atrativos para a captação de investimentos diretos externos (IDE).

No caso brasileiro, apesar da contribuição positiva para a redução dos déficits das transações correntes do balanço de pagamentos e para a atração de capitais internacionais, o crescimento focado na indústria extrativa corre o risco de fragilizar ainda mais nossa matriz produtiva. Note-se que esta já vem registrando uma ampliação da importação de componentes de alto valor agregado e tecnológico. É neces-

sário ponderar ainda que a “commoditização” da economia brasileira condiciona a sustentabilidade do crescimento, uma vez que vincula os resultados econômicos à oscilação de preços estabelecidos internacionalmente.

Produção das indústrias extrativas e de transformação no Brasil — jan./02-abr./15



FONTES: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física.

NOTA: Índice dessazonalizado acumulado. Base: média de 2002 = 100.

**Clarisse Chiappini Castilhos**  
Doutora em Economia, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — dez./14-maio/15

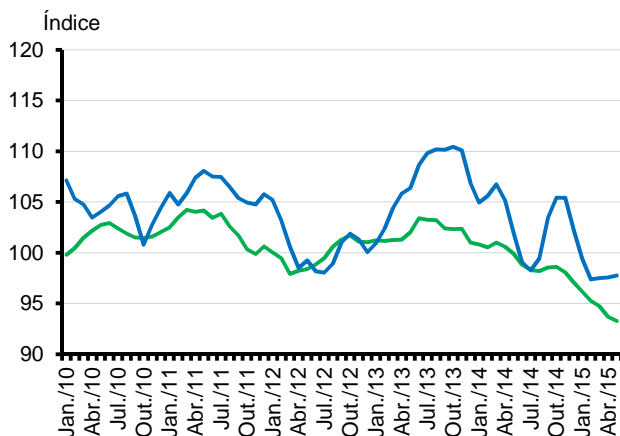
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Dez./14	0,78	6,41	6,41	0,62	3,67	3,67
Jan./15	1,24	1,24	7,14	0,76	0,76	3,96
Fev./15	1,22	2,48	7,70	0,27	1,03	3,85
Mar./15	1,32	3,83	8,13	0,98	2,02	3,15
Abr./15	0,71	4,56	8,17	1,17	3,22	3,54
Mai/15	0,74	5,34	8,47	0,41	3,64	4,10

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/15



Legenda: — Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

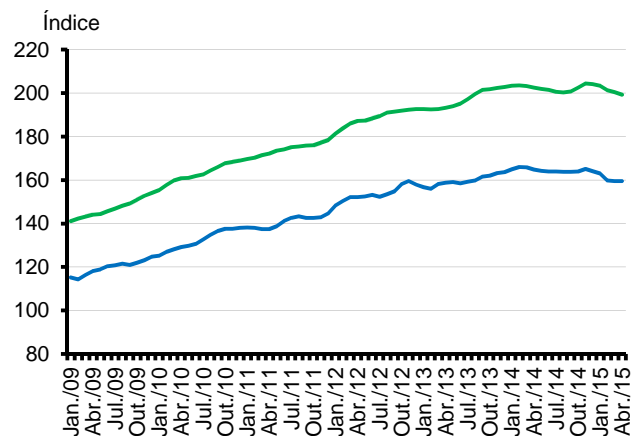
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.

3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-abr./15



Legenda: — Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — dez./14-maio/15

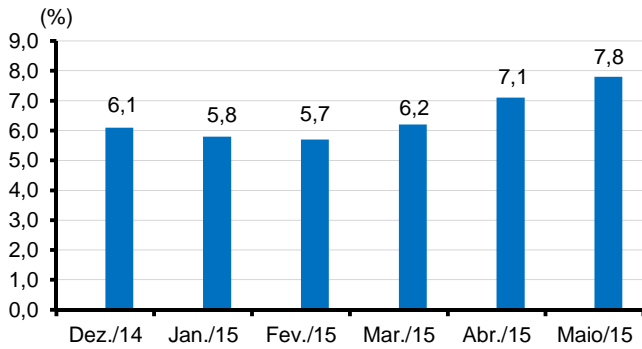
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Dez./14	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai/15		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	2,64	2,63	2,82	3,14	3,04	3,06	2,94	2,62
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	96,7	93,4	98,7	107,0	103,7	104,2	101,4	95,4
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	11,75	12,25	12,25	12,75	12,75	13,25	12,65	11,79
Superávit primário (% do PIB) .....	2,69	-4,55	0,51	-0,05	-2,83	1,42	-1,08	0,68
Balança comercial (US\$ milhões) (5) .....	111	-3.342	-2.998	230	280	2.552	-3.278	-3.730
Exportações (US\$ milhões) (5) .....	17.466	13.658	12.068	16.948	15.112	16.730	74.516	209.303
Importações (US\$ milhões) (5) .....	17.355	17.000	15.066	16.718	14.832	14.178	77.794	213.033
Transações correntes (US\$ milhões) (5) .....	-11.600	-12.646	-7.096	-5.818	-6.901	-3.366	-35.828	-95.721

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — dez./14-maio/15



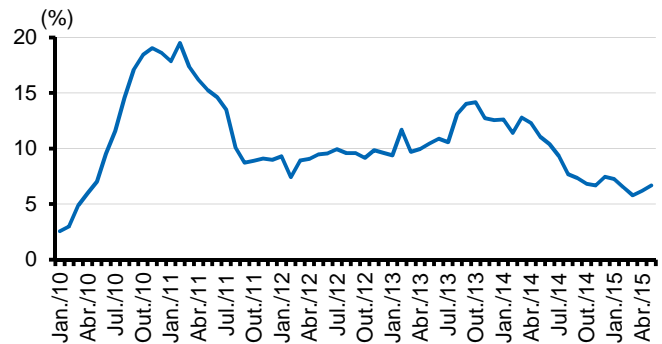
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014, o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/15



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

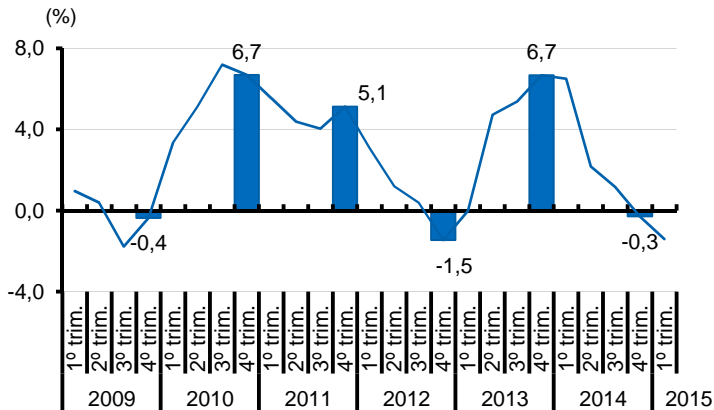
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — dez./14-maio/15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Dez./14	18.608	225.101	8,3	-25,8	-7,1	-24,3	-2,8	-1,4	-4,6
Jan./15	967	13.704	7,1	-10,3	-14,5	4,7	3,0	-14,3	-17,0
Fev./15	1.841	25.796	7,1	-12,1	-19,3	0,6	-2,6	-12,7	-17,2
Mar./15	3.094	42.775	7,2	-4,8	-13,7	8,5	4,6	-12,4	-17,5
Abr./15	4.740	57.932	8,2	-3,4	-16,4	13,9	2,1	-14,3	-18,1
Maio/15	6.323	74.701	8,5	-8,0	-17,1	10,8	2,9	-15,8	-19,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-1º trim./15

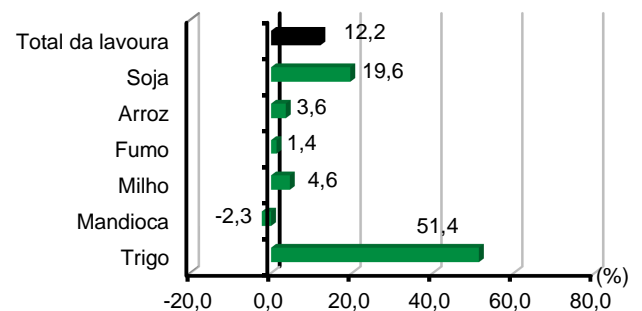


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — maio/15



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.



## Desempenho do emprego formal, segundo as ocupações, no RS, em 2015

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os empregos formais celetistas no Estado do Rio Grande do Sul, nos primeiros cinco meses de 2015, ampliaram-se em 1.335 postos de trabalho (0,05%), resultado de 605.717 admissões e 604.382 desligamentos. Em termos setoriais, os dados revelam que, dos oito setores de atividade econômica, os que evidenciaram desempenho positivo foram: a indústria de transformação, com 7.334 postos ou 1,00%; os serviços, com 4.743 postos ou 0,46%; e a administração pública, com 537 postos ou 1,76%. Os demais setores registraram perdas. As maiores ocorreram no comércio (-7.536 postos ou -1,21%) e na construção civil (-3.362 postos ou -2,27%).

A partir da análise da movimentação de admissões e desligamentos do emprego, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a tabela apresenta as quatro ocupações com os maiores saldos positivos e as quatro com os maiores saldos negativos no período de janeiro a maio de 2015. As ocupações que tiveram expansão responderam por 14,67% do total de admissões e 12,50% do total dos desligamentos no Rio Grande do Sul, no período analisado. Como características mais gerais dessas ocupações, observa-se o predomínio daquelas com menores exigências de especialização e escolaridade. Os empregados possuíam 10,69 anos de escolaridade e ganhavam 1,26 salário mínimo (SM). Em contraposição, a tabela também apresenta as quatro ocupações com os maiores saldos negativos entre admissões e desligamentos, as quais responderam por 15,00% do total das admissões e

16,38% dos desligamentos. Verifica-se também o predomínio daquelas com menores exigências de especialização e escolaridade, e os empregados nessas ocupações possuíam quantidades ligeiramente superiores de anos de estudos (11,44 anos) e remuneração (1,31 salário mínimo). Destaca-se que as ocupações que tiveram saldo negativo entre admissões e desligamentos possuíam salários melhores e maior escolaridade.

Ocupações com maiores saldos positivos e negativos no RS — jan.-maio/15

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES	ADMITIDOS	DESLIGADOS	TOTAL
8421: Preparadores de fumo .....	8.685	-1.282	7.403
4110: Agentes, assistentes e auxiliares administrativos .....	39.651	-37.300	2.351
5143: Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações .....	27.378	-25.612	1.766
7640: Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados .....	13.116	-11.353	1.763
5211: Operadores do comércio em lojas e mercados .....	64.227	-68.776	-4.549
7243: Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas .....	3.377	-4.908	-1.531
4211: Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco) .....	19.104	-20.240	-1.136
4223: Operadores de <i>telemarketing</i> .....	4.092	-5.044	-952

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

**André Luiz Leite Chaves**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Expansão da população asiática no Brasil e no RS

Os últimos censos demográficos do IBGE revelaram que, enquanto a população brasileira cresceu 12,3% — e a gaúcha, 5,0% — na primeira década dos anos 2000, a população de origem asiática registrou um crescimento de 176,4% no País e de 267,5% no Rio Grande do Sul, no mesmo período. A população asiática tem apresentado um crescimento notavelmente superior ao das demais etnias em todas as regiões do País e já representa 1,1% da população total que vive no Brasil, totalizando 2,1 milhões, e 35,5 mil no RS, em 2010.

Nos últimos anos, a população asiática tem escolhido residir nas regiões do Brasil que apresentavam menor participação de asiáticos no início da primeira década dos anos 2000, principalmente na Região Nordeste, que foi alvo de grandes investimentos recentes em infraestrutura e serviços e que apresenta um grande aumento na demanda por mão de obra. A Sudeste era, em 2000, a região que apresentava a maior proporção de asiáticos (0,71%) e foi a que apresentou o menor crescimento populacional dessa etnia (75,4%), enquanto a Nordeste, que apresentava, no mesmo ano, a menor proporção (0,14%), foi a região que apresentou o maior crescimento desse contingente (839,3%) na década. São Paulo e Paraná, que eram os estados com maior população absoluta asiática nos anos 2000, também foram os com menor crescimento de asiáticos (24,9% e 40,5% respectivamente), fazendo com que o Paraná perdesse sua posição para Minas Gerais.

O tempo médio de moradia da população asiática residente no RS é de 20,3 anos e de 17,6 anos no seu atual município. Dentre os que nasceram no exterior, 46,4% são japoneses; e 37,4%, chineses. Desses, 10,1% fixaram residência no Brasil em 1959 (vindos do Japão); e 9,2%, em 1998

(principalmente chineses). O período pós Segunda Guerra foi o que registrou a maior vinda de japoneses trabalhadores agrícolas para o Brasil, com auge em 1959, e a crise financeira asiática de 1997-98 foi a responsável por trazer o maior número de chineses ao País.

A população asiática do RS é predominantemente urbana (79,7%), com média de 2,1 filhos, idade média de 34,9 anos e majoritariamente do sexo feminino (51,6%). Os japoneses apresentam, em média, um nível de instrução inferior ao dos chineses: enquanto 42,4% dos nascidos no Japão não têm instrução ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 42,6% dos nascidos na China possuem o ensino médio completo ou o superior incompleto. Os chineses residentes no Estado têm, em média, 1,1 filho, enquanto os japoneses têm, em média, 3,0 filhos. A ocupação de japoneses e chineses é bem distinta: enquanto os primeiros se concentram em atividades ligadas à agricultura (45,0%), os últimos trabalham mais no comércio (30,5%) e como pequenos empregadores (29,1%).

O retorno de muitos migrantes brasileiros com suas famílias ao Brasil, em consequência da crise econômica mundial de 2007-08, pode ser apontado como um fator que contribuiu para o aumento significativo de asiáticos no Brasil, ao longo da primeira década dos anos 2000. De acordo com os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o período que registrou o maior crescimento na população asiática residente no País, desde 2001, foi o de 2007-08. No Estado, somente no ano de 2008 a população asiática registrou um crescimento de 175,0%.

**Gisele da Silva Ferreira**  
Estatística, Pesquisadora da FEE

## Aumento dos juros e risco de desaceleração nos EUA

Apesar de estarem no epicentro da crise financeira de 2007, os EUA cresceram a uma média de cerca de 2% nos últimos três anos. Embora possa parecer pouco para a economia mais poderosa do mundo, está entre as taxas de crescimento mais elevadas entre os países desenvolvidos no período. Em outubro de 2014, o Federal Reserve (FED) encerrou a terceira rodada do *quantitative easing* (QE), e, hoje, há uma grande aposta de que, em 2015, os juros irão subir em linha com a “normalização” da política monetária. O Banco afirma que o fará, quando o mercado de trabalho estiver suficientemente sólido e se elevarem as expectativas de inflação, afastando o temor deflacionário. Essa ação trará profundas implicações para as economias norte-americana e mundial, podendo prejudicar a recuperação dos EUA, que não se mostra consistente.

Quanto ao fator taxa de inflação, segue bem abaixo da meta de 2%. Em maio, acelerou para 0,4%, fechando em 0%, em 12 meses. Mesmo assim, há quem acredite que a atual política monetária tem potencial para desencadear forte crescimento no nível de preços. A previsão do FMI para 2015 é de subida de 0,1%.

Para muitos analistas, os dados do mercado de trabalho já justificariam uma elevação do juro básico. Após alcançar seu mínimo de sete anos em abril, a taxa de desemprego subiu 0,1% e chegou a 5,5% em maio, mantendo-se dentro do intervalo que o FED estima como desemprego de longo prazo, que, hoje, é de 5,2% a 5,5%, o que provaria solidez do mercado de trabalho.

Porém ainda restam aspectos preocupantes. Repetindo padrão iniciado nos anos 90 do século passado, a recuperação é do tipo *jobless recovery*, ou seja, o equilíbrio do mercado de trabalho dá-se em um patamar no qual pioram as condições da maioria dos trabalhadores. Conforme mostram dados do Bureau of Labour Statistics, a maior parte da criação de empregos tem-se concentrado em serviços de baixa remuneração. A vislumbrada reindustrialização, iniciada a partir de um *boom* na extração do óleo e gás do *shale*, não se mostrou sustentável. A atividade fomentada pela nova alternativa de fonte energética — que diminui a necessidade de importação de petróleo — arrefeceu-se, com queda de quase 20% dos empregos do setor, impactando os investimentos e sendo mais uma força para a expansão modesta do investimento em 2015. Além disso, o percentual de participação da população na força de trabalho ficou em 62,9% em maio, níveis baixos semelhantes aos dos anos 70 do século passado.

A renda do trabalho mantém-se praticamente estagnada, tanto que o aumento de US\$ 0,08 na média salarial, em abril, foi comemorado. Há também um processo de concentração de renda em curso. Isso impacta o consumo das famílias, que corresponde a cerca de dois terços do PIB dos EUA. O ritmo de crescimento do consumo após a crise de 2007 é o mais lento, quando comparado às recuperações de recessão no período pós Segunda Guerra. Tal fato é mais um fator a dificultar uma recuperação mais consistente da economia dos EUA. Além disso, acreditava-se que a queda no preço do petróleo abriria espaço para uma robusta expansão do consumo, porém, devido à atual valorização do dólar, ampliam-se as importações, diminuindo o impacto do consumo no PIB.

Quanto ao produto, retraiu-se 0,2% no primeiro trimestre de 2015, em relação ao mesmo período anterior. O FED, porém, acredita ser essa uma queda momentânea, devido a

fatores sazonais, como o inverno rigoroso. Havia grande otimismo com o PIB de 2015, principalmente após a aceleração da expansão do produto, no final de 2014. O FMI inicialmente previa uma expansão anual de 3,1% para 2015, revista para baixo, projetando agora um avanço de 2,5%, seguindo o mesmo padrão das previsões nos anos anteriores: otimistas no início e posteriormente rebaixadas.

A aceleração do déficit comercial é mais um empecilho ao crescimento do produto. A estratégia da manutenção de déficits externos atuando como “importador de última instância” foi a política utilizada pelos EUA neste século, até a crise. Após sua eclosão, os déficits foram reduzidos, incentivados tanto pelo efeito recessivo sobre o consumo de importados como pela melhora no saldo comercial, com um dólar mais fraco. Porém a recente valorização do dólar fez com que o resultado da balança comercial novamente acelerasse sua deterioração, e o resultado só não foi pior devido ao saldo positivo na balança de derivados de petróleo. O aumento dos juros e um conseqüente fortalecimento da moeda norte-americana pode tornar esse quadro ainda mais dramático. Dólar forte, somado à fraca recuperação dos desenvolvidos e à desaceleração dos emergentes, inviabilizaria uma retomada robusta de seu setor externo.

Em um cenário em que grande parte do mundo desenvolvido apresenta as mínimas históricas de suas taxas de juros, a alta da taxa dos EUA dos atuais 0,25% aumenta o potencial de valorização do dólar, com o estímulo dado pelo diferencial de juros perante seus principais parceiros e/ou competidores. Esse novo impulso de valorização do dólar ocorreria em um momento de expansão monetária na Europa e no Japão, que vêm obtendo ganhos nas exportações, com a depreciação de suas moedas frente à dos EUA. Estimativas de cenários alternativos do Levy Institute preveem que o impacto negativo no produto de uma desaceleração pronunciada dos principais parceiros comerciais norte-americanos e do fortalecimento do dólar frente às principais divisas seria de 0,5% e 1,0% respectivamente, sendo o dólar forte o maior risco ao crescimento dos EUA.

O cenário mundial é delicado, e a valorização do dólar é o maior desafio a uma retomada robusta do crescimento norte-americano. Os infundados temores de uma disparada inflacionária e as pressões políticas para uma maior remuneração do capital financeiro trazem o risco de ampliar o fortalecimento do dólar e prejudicar os planos da nação hegemônica de voltar a crescer em um patamar de 3%.

Os impactos das decisões norte-americanas invariavelmente irão afetar o Brasil. Como a manutenção no atual patamar do câmbio não resolve o problema nas transações correntes e uma desvalorização pode levar a inflação de 2015 a dois dígitos, o Brasil tem complicados desafios pela frente, seja qual for a ação do FED.

Dados selecionados dos EUA — 2013/2015

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015 (1)	2015
PIB .....	2,2	2,4	2,5	(2)-0,2
Desemprego .....	7,4	6,1	5,5	(3) 5,5
Inflação .....	1,4	1,6	0,4	(3) 0,1

FONTE: FMI. Bureau of Economic Analysis (BEA).  
(1) Previsão. (2) 1º trim./15 em relação ao 4º trim. /14. (3) Maio/15.

**Augusto Pinho de Bem**  
Economista, Pesquisador da FEE

## A dupla jornada e a diferença da idade para a aposentadoria de homens e mulheres

Entre as discussões da atual modificação na regra para a aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social, há manifestações contrárias à diferença de idade de cinco anos entre homens e mulheres para requerer a aposentadoria. Dentre os descontentes, há dois grupos: o primeiro defende que as mulheres deveriam se aposentar após os homens, pois possuem sete anos a mais de expectativa de vida, enquanto o segundo argumenta que a idade para a aposentadoria deveria ser igual, pois, segundo eles, trata-se de uma questão de igualdade de direitos.

Quanto ao primeiro grupo, o argumento é pouco satisfatório. Embora questões biológicas contribuam para as mulheres viverem mais, isso ocorre, principalmente, porque, em média, elas se expõem menos a riscos de morte: envolvem-se menos em violências, participam menos de acidentes de trânsito, fumam menos, consomem menos bebidas alcoólicas e possuem uma preocupação maior com cuidados de sua saúde. Conforme o Ministério da Saúde, somente em 2013, no Brasil, morreram 33.787 homens frente a 6.912 mulheres de cinco a 74 anos em acidentes de transporte, uma diferença de 4,9 vezes. Se verificarmos somente a causa "agressões", a diferença é ainda maior, de 11,4 vezes: 50.435 mortes masculinas contra 4.441 femininas. Dentre as pessoas com 18 anos ou mais, 14,4% dos homens fumavam, frente a 8,6% das mulheres. À vista disso, se os homens se expusessem menos a situações de perigo e cuidassem mais de sua saúde, teriam sua expectativa de vida mais próxima à das mulheres.

Em relação ao segundo grupo, que reivindica igualdade de direitos, é preciso refletirmos sobre o que orientou os legisladores na definição de idades diferenciadas para a aposentadoria. A Constituição Federal não especifica a razão para a diferença, mas a publicação **Os Direitos das Mulheres na Legislação Brasileira Pós-Constituinte**, editada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2006, afirma que a diferença se justifica, porque as tarefas domésticas e o cuidado das crianças ainda recaem sobre elas, provocando a dupla jornada. Trata-se de um argumento convincente: não podemos desconsiderar a exposição da mulher aos afazeres domésticos por questões culturais. Porém, conforme os papéis se modificam, essa diferença também poderia sofrer alterações.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), além de as mulheres estarem tendo cada vez menos filhos — a taxa de fecundidade brasileira decaiu de 2,73 para 1,77 de 1992 a 2013 —, o percentual de homens que trabalhavam e participavam dos afazeres domésticos aumentou de 35,8% para 47,7% no período, enquanto as mulheres se mantiveram em aproximadamente 90%. Além disso, a contribuição masculina pode ser maior, dado que a PNAD não considera reparos e manutenções como afazeres domésticos, provavelmente mais executados por homens.

O ideal seria que, caso um dia se alcance a igualdade de participação no lar, a idade para a aposentadoria se tornasse

igual. Devido a essa dinâmica, alguns países que adotavam a distinção vêm gradualmente eliminando-a, como a Itália e o Reino Unido, além de outros que não a adotam, o que é mais comum entre os desenvolvidos.

Enquanto a dupla jornada persistir, uma alternativa interessante é a regra adotada na Eslováquia e na República Tcheca, em que a idade para a aposentadoria das mulheres depende do número de filhos criados ao longo da vida. Aquelas que não possuem filhos se aposentam com uma idade um pouco inferior à dos homens, pois, nesse caso, o efeito da dupla jornada é menos acentuado. Porém, com o aumento do número de filhos, a idade para a aposentadoria das mulheres se reduz. Isso beneficia aquelas de baixa renda, que possuem, em média, mais filhos e têm menos recursos para enfrentar a dupla jornada.

Poderíamos adotar uma regra parecida no Brasil, uma vez que as mulheres com filhos dedicam mais horas a afazeres domésticos que aquelas sem filhos, que, por sua vez, dedicam mais horas que os homens (mesmo considerando apenas pessoas com tempo de ocupação igual em obrigações externas, conforme a tabela). Assim, atingiríamos dois objetivos de uma vez, compensando prioritariamente as mulheres que mais exercem a dupla jornada e criando um modelo de incentivo à natalidade. Quanto a este último propósito, vale lembrar que a baixa fecundidade atual é um problema para a Previdência no futuro, pois serão menos pessoas em idade ativa para sustentar mais aposentados.

Média de horas dedicadas a afazeres domésticos (HAD) e ao trabalho principal (HTP), na semana de referência, de pessoas que trabalhavam 40 horas por semana, não estudavam e não exerciam outros trabalhos, no Brasil — 2013

GRUPO	HAD	HTP	JORNADA TOTAL	DIFERENÇA PARA OS HOMENS (%)
Homens .....	4,29	40,00	44,29	-
Mulheres .....	15,05	40,00	55,05	24,29
Mulheres sem filhos no domicílio .....	11,80	40,00	51,80	16,96
Mulheres com um filho no domicílio .....	16,61	40,00	56,61	27,82
Mulheres com mais de um filho no domicílio .....	18,10	40,00	58,10	31,19

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados da PNAD 2013.

NOTA: 1. Abrange somente pessoas que contribuíam para a Previdência e que não estavam aposentadas.

2. Pessoas que não realizaram afazeres domésticos estão contabilizadas como zero para o cálculo da média.

3. No caso dos homens, a PNAD não informa número de filhos residentes no domicílio.

**Pedro Tonon Zuanazzi**  
Estatístico, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.07.15).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial:** Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Rodrigo de Sá da Silva, Thomas Hyeono Kang e Vanclei Zanin

**Núcleo de Dados:** Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

**Revisão:** Breno Camargo Serafini

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br